

1. Apresentação

Já não me recordo de qual dos livros infantis de Monteiro Lobato tirei a máxima que deverá orientar todo esse Manual do Professor. É possível que seja *Serões de Dona Benta*, mas isso não é certo, considerando que o li quando ainda não tinha 10 anos. O que sei, e que me marcou, é que Dona Benta, em meio a uma de suas explicações, foi interpelada por Pedrinho, curioso em saber como que coisas tão complexas se tornavam compreensíveis nas palavras de sua querida avó. A resposta não se fez esperar – as personagens daquele sítio dificilmente se faziam esperar – e a “boa velhinha” veio com a afirmação de que as explicações ficavam claras porque ela sabia do que estava falando, e completou a reflexão (na minha memória afetiva) acusando aqueles que “falam complicado” de não terem clareza do assunto sobre o qual estão tratando.

Posso dizer a vocês que essa é mais uma das parábolas lobatianas que constantemente vem à minha memória. E toda vez que dela me recordo é para não perder de vista que sou um professor e que duas coisas devem, sempre, serem levadas em consideração em nossa profissão: devo me dedicar à conhecer os assuntos sobre os quais falo e devo torná-los públicos de tal maneira que fiquem claros para alunos e leitores.

Posso dizer, a princípio, que não tenho sido tão feliz quanto Dona Benta, no que se refere à clareza e que, hoje em dia, quando me encontro em meio a meus alunos do Ensino Superior, apesar de todos os esforços, chego a imaginar que eles não conseguem compreender tudo o que digo. Creio que a imaturidade veio me ensinar que, apesar da clareza de Dona Benta, Pedrinho sempre se mostrou um aluno interessado e, portanto, que a parábola lobatiana tem lá seus lados pouco explícitos.

Quero, assim, apresentar esse Manual afirmando que ensinar e aprender é, via de regra, um dos

aspectos das relações entre pessoas e que isso envolve, por parte de quem quer ensinar, um esforço constante em busca da clareza e, para tanto, mais que o simples domínio dos assuntos que devem ser tratados, há de se levar em consideração as necessidades, os dilemas, os saberes daqueles com os quais trabalhamos. Esse será o objetivo desse Manual: colocar informações, discutir os objetivos de cada capítulo, inserir exercícios, apresentar algumas fontes que considere importante para o preparo ou para uso direto nas aulas e, em meio a tudo isso, discutir a relação de cada tema e abordagem com os fundamentos e objetivos de se saber Geografia.

Este Manual está dividido em duas partes:

- na primeira, o objetivo será evidenciar a relação entre ensinar e aprender Geografia no interior da escola, procurando identificar a importância desse processo e como ele se vincula com as diversas disciplinas do currículo. Por fim, procurei realçar os mecanismos básicos da construção do discurso geográfico para relacioná-los com o processo escolar;
- na segunda, o diálogo se dará diretamente com os conteúdos tratados, os motivos de terem sido escolhidos, os sentidos que possuem no interior de todo o projeto e, para completar, mais fontes de pesquisa – incluindo, quando possível, filmes, livros, músicas e endereços eletrônicos – e alguns novos exercícios para que você os use quando achar que seus alunos atingiram maturidade suficiente para resolvê-los.

2. Por que ensinar Geografia no Ensino Médio?

A resposta para a pergunta é aparentemente simples e serve para todos os níveis e modalidades de ensino: ensinar Geografia tem por objetivo disponibilizar aos nossos alunos a condição de desenvolverem suas capacidades de localização, isto é, de que desenvolvam respostas coerentes para a pergunta “Onde estou?”.

Acontece que responder a tal pergunta não é uma tarefa das mais fáceis.

Ao mesmo tempo em que estou no planeta Terra e, por isso mesmo, no interior do Sistema Solar e, por decorrência, estou no Universo – respostas que servem para todos os seres humanos e, igualmente, para todos os elementos que compõem conosco o planeta que vivemos – sei também que estou no Brasil, em um de seus estados e no interior de um município.

Acontece que quando vamos ampliando a escala de observação, alguns ajustes devem ser feitos: posso estar em casa descansando ou posso estar na rua e, na segunda opção posso estar me dirigindo ao trabalho ou simplesmente me dirigindo para a casa de amigos, posso estar no interior de um automóvel, de um ônibus ou trem de metrô, mas nada impede que esteja a pé ou sobre uma bicicleta. Assim, em todas essas condições, poderei identificar coordenadas matemáticas que digam em que ponto do planeta me encontro, mas tais coordenadas não poderão me dizer nada sobre o lugar que ocupo nas relações que estou vivendo: como pai, como professor, como amigo, como pesquisador e assim por diante.

A localização geográfica é um exercício que exige a relação constante de condições qualitativas e quantitativas porque, no final das contas, de nada serve sabermos a latitude e longitude de um fenômeno se não soubermos qual é o significado de ele estar onde está, assim como não nos resolve posicionar o papel deste ou daquele elemento dentro de um processo se não conseguirmos encontrá-lo em algum ponto do Universo.

Para que eu possa saber onde estou, preciso saber igualmente onde se encontram os objetos e processos que interferem em minha vida e, por isso mesmo, preciso saber que eles existem, que nomes possuem, que funcionam de uma dada maneira e, por fim, o que eles têm a ver comigo. É no interior dessas relações que a Geografia de cada um de

nós pode fazer sentido. Lembremos, por exemplo, que muitos de nossos alunos adoram sentar-se em nossas cadeiras, mas que isso não os faz professores. Da mesma maneira, quando queremos que eles se dirijam para frente da sala e exponham o que sabem sobre algum assunto, o fato de sentarmos em uma das carteiras disponíveis não nos torna alunos.

Saber-se em algum lugar é, sempre, reconhecer nossa localização no interior de um processo. Acontece que, ainda usando o exemplo da sala de aula, não basta sabermos que somos professores de um determinado ano, numa determinada escola, se não comparecemos para ministrar nossas aulas: a localização que nos permite construir uma identidade frente a um grupo de alunos e uma instituição como a escola ficará vazia de significados.

3. Nas origens da Geografia

A Geografia nasce muito mais como um comportamento do cotidiano que como uma disciplina ou um campo específico de conhecimento. Saber onde se está é uma necessidade de todos os povos em todos os momentos da história humana.

Evidentemente que esse “saber onde se está” possui, em cada época e para cada povo, uma dimensão diferente, isto é, se estivéssemos procurando nos localizar no interior de sociedades de caçadores-coletores, nossas questões envolveriam grandes deslocamentos, além da posição relativa entre cada um de nós, o grupo a que pertencemos e a posição da caça, dos alimentos a serem coletados e dos animais que normalmente se comportam como nossos predadores. Essas seriam as referências que nos permitiriam tomar decisões.

Por outro lado, essa mesma questão tomará características diferentes entre criadores-plantadores e, no limite das nossas experiências, podemos imaginar que a mesma pergunta exigirá outras referências daqueles que vivem nas grandes metrópoles do mundo.

Nem nossos antepassados, nem nossos contemporâneos, quando procuram se localizar, necessariamente estão cientes de que estão se propondo e resolvendo questões que denominamos comumente de geográficas. Acontece, no entanto, que é esse conjunto de questões que, entre os gregos, quando respondidas, foram denominadas de Geografia. Em outras palavras, os gregos usaram essa expressão intuindo que:

- o mundo possui uma geograficidade, isto é, que a posição ou localização relativa de objetos e situações são determinantes na definição do significado que possuem em nossas vidas. Identificar o que está perto ou distante, à direita ou à esquerda, à frente ou atrás, acima ou abaixo é reconhecer e conseguir avaliar as disponibilidades, os riscos, as condições de cada fenômeno em relação a nós mesmos;
- é necessário, portanto, se construir um discurso geográfico, isto é, quando falamos, escrevemos, desenhamos e cartografamos a localização relativa de objetos e situações, conseguimos refletir sobre elas, identificar com mais clareza seus significados, interferir direta ou indiretamente nos efeitos que podem nos trazer;
- por fim, desde os povos mais primitivos até as referências sistematizadas na antiga Grécia e que ficaram identificadas como Geografia, até os dias de hoje, fomos construindo formas de abordagem que nos ajudam, cada vez mais, a reconhecer a geograficidade do mundo e a sistematizá-las em Atlas, livros, fotografias, desenhos e todas as demais formas que possam nos ajudar a responder aos nossos dilemas locacionais. Assim, construímos uma tradição, um campo do conhecimento humano e a ele demos o nome de Geografia.

Com tais ideias poderemos, facilmente, compreender por que devemos ensinar Geografia: trata-se de se apropriar e de desenvolver uma grande tradição, necessária a todas as civilizações e referência atual de todos os povos, que se construiu para nos ajudar a nos localizar no mundo, tanto no que se refere às variáveis geométricas que tal localização

exige quanto aos aspectos qualitativos que definem o nosso lugar em cada uma das tarefas ou processos em que estamos inseridos.

Para que possamos compreender um pouco melhor tudo isso, teremos de apontar algumas referências em relação a dois temas distintos, mas intercomplementares: o significado de escola e por que nossa disciplina se tornou presença praticamente obrigatória na maioria delas.

4. O significado de escola

Colocar a escola em discussão no Manual de um livro didático pode parecer um exagero. Acontece, no entanto, que é impossível compreendermos o significado de uma disciplina escolar fora do contexto em que ela se realiza de fato, isto é, no interior e a serviço da existência da instituição escolar.

Assim, juntamente com mais de uma dezena de outras tradições científicas, a Geografia tem participado ativamente da constituição e desenvolvimento da escola moderna, isto é, daquela que foi criada no transcorrer do intenso processo de urbanização realizado nos séculos XVII e XVIII e que teve como objetivo inserir os migrantes que vinham do campo para o interior da vida urbana e de suas novas formas de trabalhar, constituir família, garantir o consumo de objetos maquinofaturados, a circulação da moeda e, reconhecer-se os membros de uma comunidade muito maior que a família ou o clã – nas formas como essas instituições sociais se realizavam nesse período – e tornarem-se habitantes de um país, subordinados por um Estado e, portanto, membros de uma nação.

Tudo isso pode parecer algo comum a todos nós, mas devemos lembrar que os Estados nacionais, tal como o conhecemos, são uma invenção do século XV e que até recentemente os Estados europeus ainda realizaram profundas mudanças em suas fronteiras e, portanto, na definição da relação de seus habitantes com seus países.

Assim, ser alemão, francês ou inglês é algo relativamente recente e difícil de ser imaginado pelos camponeses do século XVII. Da mesma maneira que o final do feudalismo foi marcado pela criação de padrões de moeda e de pesos e medidas mais ou menos comuns – com o objetivo de viabilizar o mercado entre os feudos – a constituição dos Estados nacionais exigia a construção de identidades ainda difíceis de serem assimiladas. A presença da escola foi de fundamental importância para que tais identidades se constituíssem, definindo uma gramática e um vocabulário únicos para toda uma nação, além de criar e difundir uma História e uma Geografia que permitissem a todos reconhecerem-se pertencentes a um país determinado.¹

O que tudo isso significa? Por que esse tipo de escola foi criada e o que, efetivamente, ela substituía?

Se nos lembrarmos de que todos os povos conhecidos criaram os mais diferentes mecanismos de educar suas novas gerações, a existência da escola se torna relativamente fácil de ser entendida: de alguma maneira, e cada povo e cada época de seu jeito, se faz necessário que as novas gerações participem de “ritos de passagem” que as façam sentirem-se pertencentes às sociedades que as criam. Na maior parte da história da humanidade tais ritos se realizaram – e em muitas ainda se realizam – pela retirada dos jovens e adolescentes do convívio familiar e, numa conjunção de ritos, fábulas e parábolas, todos devem aprender quais são os valores e fundamentos que dão identidade a seu povo.

As nossas escolas possuem, estruturalmente, a mesma função. Os saberes da família e dos grupos de relacionamento mais imediatos não são suficientes para que as novas gerações se sintam como participantes de referências tão extensas e distantes como um país – e para isso as diversas tradições locais devem aprender

uma única gramática, uma História e uma Geografia – ou a noção de pertencer à humanidade – e para isso ter de aprender uma Matemática, Química, Física e Biologia comum a todos os povos, além de uma História e uma Geografia que dê sentido a tudo isso.

Assim, diferentemente das relações sociais nas escalas de atuação da família e das comunidades mais imediatas – em que a localização do trabalho e dos percursos mais básicos da sobrevivência parece suficiente –, a escola deve cumprir o papel de “mergulhar” as novas gerações no interior dos valores e linguagens da civilização a que pertencem, saindo dos limites da casa ou do bairro, para a escala de um país que pertence a um mundo. Em outras palavras: sabendo que o viver cotidiano tem de realizar, no interior das relações familiares e que a produção e o consumo se realizam planetariamente. A escola é a condição de se fazer essa passagem: levar as novas gerações à condição de pertencerem, ao mesmo tempo, a uma nação e à humanidade, a um país e ao mundo e, assim, criar as condições para que a sociedade, tal qual hoje a conhecemos, possa continuar existindo.

A construção e o ensino do discurso geográfico

Ensinar Geografia é, em outras palavras, ensinar a elaborar perguntas e respostas que envolvam processos de localização. Marcado por uma tradição milenar, o discurso geográfico disponível é a ferramenta que usamos para preparar e desenvolver nossas aulas. Com ele ensinamos e a partir dele avaliamos a aprendizagem de nossos alunos.

Dois comentários precisam ser feitos em relação ao uso do discurso geográfico:

- nossas aulas de Geografia devem ser realizadas tendo como referência conteúdos que se associem aos fundamentos dessa disciplina, na medida em que é no discurso geográfico que encontraremos a maneira pela qual refletimos sobre a geograficidade do mundo e sem ele essa maneira de pensar não terá como ser ensinada;

¹ THOMPSON, E. P. *Costumes em comum: estudos sobre a altura popular tradicional*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998. NORETTI, Franco. *Atlas do romance europeu*. São Paulo: Boitempo, 2003.

- os conteúdos geográficos não podem ser considerados como objetivos de nossas aulas. Vale lembrar que tais conteúdos, em razão de novas situações políticas ou mudanças na dinâmica econômica ou, mais ainda, pelas novas descobertas da pesquisa científica, vão paulatinamente sofrendo mudanças. Assim, se não é possível uma aula sem conteúdos, é preciso pensar que a maneira como eles são tratados é que definirá o processo de aprendizagem de nossos alunos.

Frente a tais comentários fica em aberto uma pergunta: então, como é construído o discurso geográfico? Como sei se uma determinada maneira de abordar os fenômenos do mundo está ou não relacionada à Geografia?

Para que possamos responder a tais perguntas procuraremos nos concentrar nas principais categorias associadas ao nosso campo de conhecimentos e, tendo discutido cada uma delas, poderemos reconhecer quais seriam os fundamentos do processo de ensino aprendizagem da Geografia.

Vejamos em primeiro lugar o significado de *paisagem*²:

A expressão está diretamente associada à nossa capacidade de enxergar o mundo tal qual ele se apresenta à nossa volta. Mas, como sabemos, enxergar não é suficiente, e nem a única maneira de reconhecer o que acontece em nosso entorno. O mundo, para além de se apresentar como um conjunto de imagens, apresenta-se igualmente como um conjunto de sons, formas, cheiros e gostos, isto é, nos apropriamos das informações que nos permitem reconhecer o mundo, fazendo uso de todos os nossos sentidos.

Assim, a ideia original de paisagem, muito mais voltada às necessidades dos pintores renascentistas, e seus esforços em reproduzir as formas do mundo da maneira mais próxima possível do que seus olhos seriam capazes de observar, a expressão paisagem foi tomando novas características na medida em que se tornou referência básica para o discurso geográfico. Assim, mesmo que, ainda hoje, muitos geógrafos conceituem paisagem como uma relação entre as pessoas e o mundo mediada somente pelo olhar, já está cada vez mais difícil contestar que todos os nossos sentidos concorrem positivamente para tal reconhecimento.

Para que possamos “fechar” essa primeira proposição, vamos ter como ponto de partida o fato de paisagem ser o primeiro movimento de um sujeito qualquer quando seu objetivo é reconhecer o mundo pela sua forma. A paisagem, portanto, é a dimensão da aparência, é a maneira como nossos sentidos reconhecem as formas das coisas do mundo e conseguem saber que algumas delas são maiores, estão mais distantes e se posicionam à esquerda, à direita, acima ou abaixo de outras. A paisagem não é uma coisa, mas a primeira atitude de alguém que quer perceber o mundo, observando a distribuição dos objetos que o constitui.

A segunda categoria a ser colocada em evidência é a de *território*. O que devemos levar em consideração é que, quando conseguimos perceber uma dada paisagem, nossa primeira reação será identificar claramente os objetos que a constitui, reconhecendo a ordem com que se distribuem. À imagem percebida demos o nome de paisagem e, na medida em que vamos reconhecendo a ordem que tal paisagem possui, vamos construindo em nossas cabeças um território.

Vejamos um exemplo bem comum:

Quando falamos das paisagens brasileiras e do território brasileiro, estamos, claramente, nos referindo, na primeira parte, à forma, à maneira como nossos sentidos se apropriam das coisas que existem

² As discussões aqui colocadas não devem servir de conteúdos para nossas aulas. O objetivo de ensinar Geografia não é levar os alunos a terem clareza sobre o significado de paisagem, região, espaço, território, lugar e outras referências desse tipo. Até o final do Ensino Médio devemos nos ater a conteúdos que “falem das coisas do mundo” deixando que a construção de conceitos seja o resultado dessa aprendizagem e não o seu ponto de partida.

em nosso país. Já na segunda afirmação, o que está em jogo é a ordem que nos permite reconhecer a distribuição das pessoas, cidades, plantações, relevos e todos os demais elementos que nos constitui, devidamente localizados uns em relação aos outros, formando uma unidade que é o Brasil.

Portanto, devemos considerar que o território também não é uma coisa, mas somente o segundo passo que realizamos quando, ao nos apropriarmos de uma paisagem, vamos fazendo o reconhecimento da ordem que a constitui. Dessa maneira, concluímos que território é a paisagem pensada, carregada de sentidos, isto é, enquanto a primeira é uma dimensão da aparência, o segundo já é nosso reconhecimento de que todo aparente possui uma essência e, se não conseguirmos reconhecê-la é porque não estamos compreendendo o sentido das coisas que estamos observando. Em outras palavras: o fato de não reconhecermos o significado de uma paisagem é, para todos nós, a certeza de que estamos perdidos.

Dia após dia, desde nosso nascimento, vamos aprendendo a transformar nossas sensações em coisas pensadas, ordenadas, carregadas de sentido. É assim que reconhecemos nossas casas e as pessoas que nelas habitam, da mesma maneira que, já na vida adulta, poderemos ou não nos deslocar no interior das cidades, dos campos, das florestas e desertos de todos os tipos, construindo maneiras de nos localizarmos – lembrando que a localização é, sempre, uma unidade entre a nossa posição entre diversos objetos e o significado de estarmos ali em relação às necessidades que, naquele momento, possuímos.

Concluindo o que vimos: nossa Geografia se constitui da relação que, cotidianamente, e mesmo involuntariamente, realizamos entre paisagem e território e é com ela que construímos nossos sentidos de localização.

Agora passemos para a terceira categoria: região. Região é uma expressão latina cujo significado

mais usual está relacionado à ideia de “área de domínio”, isto é, uma determinada área onde um, rei ou um fenômeno é dominante (tais como em expressões do tipo “região costeira”, na qual é evidente o domínio da relação imediata entre terra e mar na definição daquele ambiente ou a região dos bretões onde estamos tentando identificar a área dominada por aquele povo e, portanto, pelo seu rei). Se considerarmos que o reconhecimento de tais domínios é fundamental para que possamos nos localizar – sabendo, portanto, se estamos em nossas terras ou em terras estrangeiras ou, ainda, se estamos numa cidade ou no campo, numa área dominada por terremotos ou por terras relativamente firmes e assim por diante, a noção de região possui significativo interesse para o discurso geográfico.

Acontece que, como vimos, nossa relação com a percepção e o reconhecimento do mundo é um movimento que se faz, primeiramente, entre aparência e essência, isto é, entre paisagem e território. O problema é que no território estão todas as coisas, pequenas ou grandes, significativas ou não, e quando vamos realizar as tarefas de nosso dia a dia, temos, a cada instante, de prestar atenção em ordenações territoriais que não são as mesmas.

Por exemplo, se chegamos a uma cidade, podemos reconhecer todos os elementos que a compõem, isto é, suas casas e prédios, ruas e praças, ônibus e trens, além, obviamente, das pessoas e do uso que fazem de cada um desses elementos. Vamos imaginar que, num primeiro momento, logo à nossa chegada, desejaremos localizar determinado banco, depois iremos à casa de um amigo para, a seguir, localizarmos um bom lugar para nos hospedar. Considerando essa ordem de interesses, a cidade não poderá ser, a todo instante, observada em seu todo: Num primeiro momento somente nos interessará as ruas que nos levarão ao banco e, na medida em que dele nos aproximamos, nossas atenções se voltarão ao reconhecimento de um único prédio, aquele

para o qual nos dirigimos, enquanto os demais serão meras referências secundárias nesse processo.

No segundo momento, outras ruas, outros caminhos e outras construções nos chamarão a atenção e assim será, sucessivamente, a cada interesse diferente que tivermos em relação à cidade.

Isso significa que sobre o território da cidade construímos diferentes domínios na medida em que nossos interesses mudam, o que, em outras palavras, quer dizer o seguinte: para cada interesse que nos move a observar as diferentes territorialidades do mundo construímos uma região específica.

Ela poderá, assim, ser composta de uma única área contínua, quando o tema que estamos levando em consideração assim se comportar. A título de exemplo podemos identificar a Região Amazônica, onde temos a presença de uma única e contínua influência daquela floresta equatorial sobre uma grande área da América do Sul. O mesmo se pode dizer da expressão "a região da América Latina", onde a presença de populações que falam o português e o espanhol domina a maior parte dos países ao sul do Rio Grande (fronteira do México com os Estados Unidos).

Por outro lado, uma região poderá ter a forma de uma rede. A expressão "Brasil urbano", por exemplo, articula áreas que não são contínuas, mas que se relacionam intimamente entre si, formando uma unidade diferente do "Brasil agrário". Trata-se, de fato, do território brasileiro dominado pelo fenômeno urbano e, por isso mesmo, de uma região.

Assim, em áreas contínuas ou constituindo redes de relações, onde a continuidade se expressa em função dos processos que estão sendo estudados, a região é, de fato, a dimensão territorial dos processos e, por isso mesmo, elas constituem a essencialidade dos discursos geográficos.

Os limites das regiões é que nos permitem cartografar os processos e suas cartografias viabilizam a reflexão sobre as relações que existem entre localização geométrica e os processos que queremos desvendar.

Assim, em linhas gerais, construímos o discurso geográfico e é com tal compreensão que poderemos discutir os mecanismos básicos que o inserem no processo escolar, isto é, no nosso trabalho como professores.

Lembremos que, quando apresentamos aos nossos alunos os conteúdos que preparamos para as nossas aulas, esse processo de leitura que vai da paisagem até a região já está construído e, portanto, dependendo do trabalho que fazemos, a simples presença desses conteúdos acaba tornando nossos esforços vazios de sentido para nossos alunos.

É preciso considerarmos que em cada um dos níveis de ensino é necessário reforçar aspectos diferentes da construção do pensamento científico. Quando nos dedicamos às crianças, o importante é que consigam olhar para o mundo, reconhecer o que observam, identificar e se apropriar do nome de cada coisa e alguns dos adjetivos básicos que as qualificam, reconhecer as distâncias e posições relativas entre objetos e, por fim, conceber ou imaginar os processos que estão vinculados às relações entre cada uma das coisas reconhecidas. Por isso mesmo, nessa fase é fundamental aprender a descrever e, com isso, construir conceitos que carreguem de significado o que foi descrito. Por fim, vale lembrar que tais descrições devem fundir o desenho ao mapa e o mapa ao texto, construindo leituras com diferentes estruturas linguísticas que realçam aspectos particulares de cada um dos processos estudados.

Quando, no entanto, como é o caso desse livro, estamos nos referindo ao Ensino Médio, outras serão as tarefas, porque outros são os objetivos pedagógicos que devem definir nossos procedimentos, tanto no momento de apresentar e discutir conteúdos como quando temos de desenvolver procedimentos de avaliação.

Quando nos atemos a refletir sobre o aluno do Ensino Médio, nos deparamos com duas realidades aparentemente excludentes:

de um lado, temos um amplo conjunto que se interessa claramente em continuar seus estudos e vê na escola média uma passagem obrigatória na direção de uma faculdade;

de outro, um conjunto infelizmente ainda maior, vê nesse nível escolar o seu momento de terminalidade e, portanto, um processo que deve ser cumprido para garantir uma amplitude maior de seu leque de opções em relação o mercado de trabalho.

Ambas as situações tendem a colocar a escola média numa relação que não consegue se resolver no interior de si mesma. Provavelmente a expressão “média” toma todo o seu sentido quando imaginamos que nossos alunos, nessa faixa de idade – com todas as exceções de praxe – veem sua presença no Ensino Médio como um momento de passagem e, para muitos, como um entrave a ser superado na conquista do emprego ou do vestibular.

O que precisamos tomar maior atenção é que o ensino de Geografia para esses jovens exige que ordenemos os conteúdos de tal maneira que eles estejam sempre relacionados entre si, ampliando cada vez mais o conjunto de variáveis necessárias para a compreensão dos fenômenos.

Mais que isso, mesmo que o Ensino Médio também exija procedimentos descritivos, esses devem estar a serviço da construção de conceitos. Esses conceitos devem se dirigir à difícil tarefa de sistematizar as múltiplas determinações que constituem a geograficidade do mundo.

Então, tal como veremos mais adiante, livro após livro, nossa tarefa é identificar o lugar em que vivemos, articulando determinações próximas que constituem o entorno de nossos ambientes, e determinações longínquas que garantem que os lugares em que vivemos sejam influenciados, em um sistema de redes, por muitos outros lugares do mundo, do Sistema Solar, do universo, enfim.

Construindo uma cadeia de determinações, o processo a ser conquistado no Ensino Médio deve nos levar à reconstrução constante dos conceitos, em que o domínio de determinadas informações, ao invés de nos levar a verdades acabadas, nos leve a novas dúvidas e, com isso, a novas informações para nos permitir a revisão das conclusões que já haviam sido conquistadas.

Assim preparamos este livro, que vai paulatinamente ampliando o conjunto de variáveis em discussão, para que, do começo ao fim, os temas se articulem e se complexifiquem. A cada passo procuramos percorrer um caminho que pode ser resumido nos seguintes termos: vamos da explicitação do tema para um conjunto de imagens e delas para a construção das reflexões que nos levarão à observação de mapas e, com eles, poderemos voltar aos temas e retomar o ciclo de reflexões.

Como se verá, em cada um desses ciclos se encontra a seção *Pausa para exercício*, com o objetivo de garantir que as informações e os conceitos apresentados se tornem ferramentas da construção conceitual dos próprios alunos.

Na medida em que os temas centrais se resolvem teremos o final de um capítulo e o que foi planejado para um bimestre de trabalho. É justamente por isso que as unidades estão divididas em quatro capítulos, sendo que, ao final de cada uma delas, teremos exercícios gerais e alguns exemplos do que se apresenta, sobre o tema nas provas do Enem e em alguns dos mais importantes vestibulares do país, que darão o mote para a confecção e aplicação das avaliações bimestrais.

Alguns detalhes ainda devem nos chamar a atenção.

Veja que ao final de cada capítulo se encontrará uma reportagem, um depoimento ou um conjunto de comentários (*Outros olhares*) que

poderá ser trabalhado em aula, com o objetivo de finalizar o capítulo com algo mais que informações e conceitos, trazendo para a sala de aula um pouco da vida de pessoas que se relacionam diretamente com os fenômenos ali tratados.

Por fim, um pouco de cartografia. Diferentemente do já sintomático capítulo que dá início às coleções de Ensino Médio, neste livro você verá uma nova proposição. Em primeiro lugar, os mapas estão sendo explicados no interior dos textos e, por isso mesmo, não podem ser encarados como meras ilustrações e nem precisam de um capítulo à parte que explique os procedimentos básicos para sua

leitura. Acontece, porém, que informações sobre a história da cartografia podem se transformar numa poderosa ferramenta para a compreensão das diferentes geografias que a humanidade já construiu e, mais que isso, deixar mais claro qual é o papel dessa linguagem fundamental para a construção do discurso geográfico.

Com essas ideias e objetivos esse livro foi construído e está sendo apresentados a você. Nosso desejo é que ele se torne ferramenta eficaz e para isso nos colocamos à disposição de todos os professores para a troca de informações e o aprimoramento de toda a obra.

O autor.